São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Quinta-feira, 20 de junho de 2024 | Edição N º 1052

datamercantil.com.br

BC interrompe cortes de juros e mantém Selic em 10,5% ao ano em decisão unânime

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central interrompeu na quarta-feira (19) o ciclo de cortes de juros e manteve a taxa básica, a Selic, em 10,50% ao ano.

A decisão foi tomada de forma unânime, com o voto do diretor Gabriel Galípolo, cotado para ser o próximo presidente da instituição, alinhado com o do atual chefe do BC, Roberto Campos Neto. Mesmo sob pressão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), houve convergência no colegiado do BC.

"O cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade, elevação das projeções de inflação e expectativas desancoradas [em relação à meta] demandam maior cautela", disse.

O comitê afirmou também que se manterá "vigilante" e que "eventuais ajustes futuros na taxa de juros serão ditados pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta."

Ao longo do ciclo de flexibilização de juros, iniciado em agosto do ano passado, foram seis reduções consecutivas de 0,50 ponto percentual e uma de 0,25 ponto. A taxa básica se mantém agora no menor patamar desde fevereiro de 2022, quando estava fixada em 9,25% ao ano.

Com a pausa na flexibilização dos juros, o colegiado do BC ignorou a pressão feita pelo governo Lula às vésperas do encontro decisivo e agiu em linha com a expectativa do mercado financeiro.

Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que a pausa da Selic no atual patamar de 10,50% ao ano era a projeção quase unânime dos economistas apenas dois dos 33 analistas consultados esperavam um novo corte de 0,25 ponto percentual.

Mas as atenções dos investidores não se restringiam aos números e estão concentradas sobretudo no placar de votos dos membros do Copom, que ainda não foi divulgado.

Isso porque a tensão entre governo e BC voltou a crescer depois de Lula afirmar que Campos Neto "tem lado político" e que "trabalha para prejudicar o país". Membros do governo e aliados também colocaram o presidente do BC na mira e aumentaram a artilharia em defesa da redução dos juros.

Nathalia Garcia/Folhapress

Economia

Brasil está entre países mais bem posicionados para transição energética, diz relatório

Página - 03

Brasil cresce um pouco mais do que imaginávamos, diz Moreira Salles

Página - 03

Copersucar bate recorde de moagem de cana e mira combustível de aviação

Página - 03

Ônibus elétrico com bateria de nióbio roda pouco, mas recarga ocorre em 10 minutos

Página - 08

Política

PT pede na Justiça que Campos Neto seja proibido de dar declaração 'político-partidária'

Página - 04

Tarcísio diz que Lula está 'viajando' ao citá-lo como adversário em 2026

Página - 04

No Mundo

Putin assina pacto estratégico de defesa mútua com Kim

A Rússia e a Coreia do Norte assinaram na quarta (19) um acordo de parceria estratégica, revivendo um acordo da Guerra Fria, que prevê assistência mútua em caso de um dos países sofrer uma agressão e cooperação militar profunda.

O pacto, firmado durante a propalada visita do presidente Vladimir Putin ao ditador Kim Jong-un, abre caminho para maior apoio de Pyongyang aos esforços de guerra russos na Ucrânia e tem o potencial de alterar o balanço geopolítico na península coreana.

Além disso, Putin afirmou que pode fornecer mísseis de precisão para Pyongyang, como retaliação pela autorização dada por Washington e seus aliados para que a Ucrânia use armas ocidentais contra alvos na Rússia, ampliando o escopo global da cúpula na Coreia do Norte. O russo já havia sugerido que faria isso, mas não disse com qual aliado.

O acordo de defesa mútua é desenhado para atingir diretamente os Estados Unidos, maior apoiador tanto de ucranianos quanto de sul-coreanos. Desde a divisão da península, firmada no armistício de 1953 entre norte comunista e sul capitalista, Washington é a garantidora de Seul em caso de conflito.

"De acordo com o artigo 4º do tratado, há uma acordo para prover assistência mútua no evento de uma agressão contra qualquer uma das partes", disse o chanceler russo, Serguei Lavrov. O presidente havia dito ao chegar à capital norte-coreana que sua visita era uma prova da soberania norte-coreana ante a "ditadura neocolonialista hegemônica" promovida pela Casa Branca.

Ele foi recebido, em sua primeira viagem a Pyongyang em 24 anos, com uma festa encenada nas ruas da capital norte-coreana, com milhares de moradores soltando balões e com um show diurno de fogos de artifício.

Igor Gielow/Folhapress

Macron pede que antissemitismo seja discutido nas escolas após estupro de menina judia

O presidente da França, Emmanuel Macron, pediu nesta quarta-feira (19) às escolas que realizem discussões sobre racismo e antissemitismo nesta semana. Isso acontece depois que uma menina judia foi estuprada em um subúrbio de Paris aumentando o clima social tenso da França antes das eleições.

Três adolescentes foram presos esta semana após a denúncia de uma menina de 12 anos de Courbevoie, oeste de Paris, que a polícia disse ter sido estuprada em grupo enquanto era insultada com expressões antissemitas, disse o Ministério Público de Nanterre.

A investigação concentra em acusações de violação, ameaças de morte e agressão, entre outros crimes, com alegada motivação religiosa citada como agravantes.

Uma grande multidão de manifestantes se reuniu em frente à prefeitura de Paris na quarta-feira (19) para condenar o antissemitismo após o estupro da menina judia em um subúrbio da capital francesa.

Macron reagiu rapidamente ao episódio, com a França no meio de uma campanha eleitoral de três semanas depois do líder francês ter convocado eleições parlamentares antecipadas.

O presidente francês pediu nesta quarta-feira (19) à ministra da Educação, Nicole Belloubet, "que organize uma discussão em todas as escolas sobre a luta contra o antissemitismo e o racismo, para evitar que discursos de ódio com graves consequências se infiltrem nas escolas", disse o gabinete de Macron.

Os opositores acusaram o Rally Nacional e o partido de extrema-esquerda França Insubmissa, dentro da aliança Frente Popular, de tolerar opiniões antissemitas nas suas fileiras, o que ambos os partidos negam.

CNN

Taiwan 'não cederá à pressão' da China, e somente força militar pode manter a paz, diz presidente

Apenas a força militar pode manter a paz com a China, e o povo taiwanês não cederá à coerção de Pequim, disse o presidente de Taiwan, Lai Ching-te, na quarta-feira (19), enquanto os Estados Unidos concordaram com um pacote de armas acelerado ao país.

"Além da força militar, [a China] tem empregado métodos cada vez mais não tradicionais de coerção para tentar subjugar Taiwan", declarou Lai durante entrevista coletiva para fazer um balanço do seu primeiro mês no cargo.

"No entanto, Taiwan não cederá à pressão. O povo de Taiwan defenderá decididamente sua soberania nacional e manterá seu modo de vida democrático e livre", declarou.

A China realizou exercícios militares e simulou um cerco à ilha após Lai assumir o cargo no mês passado, dizendo se tratar de uma punição por seu discurso de posse, visto por Pequim como pró-separatista. Para Pequim, a China continental e Taiwan são duas partes de uma só China.

Lai disse que o povo de Taiwan "ama a paz". "Mas a paz deve depender da força, ou seja, evitar a guerra se preparando para a guerra para alcançar a paz. Promessas vazias não são verdadeira paz", afirmou.

Segundo o presidente, Pequim usa de meios coercitivos, como impedir a participação de Taiwan em organismos e eventos internacionais, proibir ou taxar pesadamente certas exportações para a China e empregar táticas de "zona cinzenta", como lançar balões sobre a ilha.

Pouco antes de Lai falar com os repórteres no escritório presidencial em Taipé, a Agência de Cooperação de Segurança de Defesa do Pentágono disse que o Departamento de Estado dos EUA havia aprovado a venda de drones e mísseis para Taiwan por um valor estimado de US$ 360 milhões (R$ 1,9 bilhão).

Por lei, os Estados Unidos se comprometem a fornecer a Taiwan meios para se defender, apesar da falta de laços diplomáticos formais.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da*

Brasil está entre países mais bem posicionados para transição energética, diz relatório

O Brasil está entre os países mais bem posicionados para fazer a transição energética, à frente mesmo de nações desenvolvidas, de acordo com relatório do Fórum Econômico Mundial publicado na quarta (19).Na 12ª posição, o país está à frente do Reino Unido (13º), da China (17º) e dos Estados Unidos (19º) os dois últimos, os maiores poluentes do mundo.

O uso amplo de energia hidrelétrica e de biocombustíveis contribui para o bom desempenho do Brasil no ranking, mas contribuem também para o ranking avanços institucionais.

O Índice de Transição Energética (ETI) avalia 120 países, atribuindo-lhes pontos em 46 indicadores que resultam em uma nota final medida de zero a 100.

A média global foi de 56,5 pontos, e o Brasil registrou pontuação de 65,7 em 2024. A Suécia, que aparece em primeiro lugar no ranking, marcou 78,4.

Os quesitos avaliados se subdividem em duas categorias: "performance do sistema", que considera os fatores sustentabilidade, segurança energética e equidade, e "prontidão para a transição energética", que leva em conta o cenário político-econômico, o nível de educação e capital humano, a infraestrutura e a inovação.

Apenas seis países do G20 grupo das maiores economias globais estão entre os 20 melhores desempenhos no ETI 2024: França (5º), Alemanha (11º), Brasil (12º), Reino Unido (13º), China (17º) e Estados Unidos (19º). O topo da lista é ocupado, respectivamente, por Suécia, Dinamarca, Finlândia e Suíça.

"Conhecido mundialmente por ter uma das matrizes mais limpas, o Brasil viu uma expansão continuada na sua indústria de renováveis", diz trecho do relatório. "O comprometimento de longo prazo do Brasil com a energia hidrelétrica e com os biocombustíveis, combinado com avanços recentes na energia solar, colocaram o país no caminho para se tornar um líder".O documento menciona a participação brasileira, anunciada em julho de 2023, na Iniciativa de Descarbonização Industrial Profunda, um esforço global em setores da indústria pesada (cimento, aço, alumínio e petroquímicos).

João Pedro Capobianco/Folhapress

Brasil cresce um pouco mais do que imaginávamos, diz Moreira Salles

O copresidente do Itaú, Pedro Moreira Salles, disse na quarta-feira (19) que a atividade econômica brasileira cresce acima do esperado, o que favorece o desempenho do banco.

"O Brasil está crescendo um pouco mais do que a gente imaginava e, com isso, o banco também tem um pouco de vento de poupa. Mas não podemos tirar o olho da questão da eficiência, porque podemos trabalhar muito o crescimento, mas, de novo, ele depende de condições externas", afirmou o executivo durante o Itaú Day 2024, realizado de forma online.

No primeiro trimestre de 2024, o PIB (Produto Interno Bruto) avançou 0,8% em relação ao trimestre anterior, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Na comparação com igual período de 2023, houve avanço de 2,5%. Ambos os números vieram acima das expectativas de analistas.

"Uma economia que cresce permite ao banco crescer também. Aliás, o banco é um fomentador de crescimento na medida em que ele estende crédito para os seus clientes", completou Moreira Salles.

O Itaú projeta que sua carteira de crédito total crescerá entre 6,5% e 9,5% neste ano. Em 2023, o aumento foi de 3,1% na base anual. No ano passado, o PIB teve alta de 2,9% e a previsão do mercado é que ele cresça 2,08% em 2024.

"Como a nossa economia cresce relativamente pouco, e já temos uma participação de mercado relativamente grande em muitos segmentos, os nossos números são importantes", disse Roberto Setubal, copresidente do conselho de administração do banco, ao comentar as estratégias de crescimento do banco.

Com foco em tecnologia, análise de dados e integração dos aplicativos em um único app, o Itaú espera repetir um lucro líquido de dois dígitos esse ano. Em 2023, a instituição teve um resultado de R$ 35,6 bilhões em 2023, dos quais R$ 11 bilhões foram distribuídos aos acionistas via dividendos extraordinários, algo que também deve voltar a acontecer.

Júlia Moura/Folhapress

Desenrola Pequenos Negócios renegociou R$ 1,25 bilhão até 12 de junho

O programa federal Desenrola Pequenos Negócios registrou, de 13 de maio a 12 de junho, a renegociação de dívidas com instituições financeiras no valor de R$ 1,25 bilhão, em todo país. O levantamento feito pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) revela que o volume financeiro negociado aumentou 30,3%, na comparação com o primeiro levantamento, com dados até 5 de junho.

De acordo com a Febraban, 30.645 clientes já renegociaram 39.071 mil contratos de suas dívidas. Esses clientes pessoas jurídicas são microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte.

Sete instituições financeiras participam do Desenrola Pequenos Negócios: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, Santander, Sicredi e Mercantil do Brasil. Juntos, esses bancos (públicos, privados e de crédito cooperativo) representam 73% do total da carteira de crédito de micro e pequenas empresas nacionais.

Após a renegociação, o crédito é retomado imediatamente, o que pode impulsionar novamente seus negócios, gerar empregos, renda e fortalecer o desenvolvimento local.

Entre as cinco regiões do país, o Sudeste registrou o maior número de donos de micro e de empresas de pequeno porte que buscaram a renegociação de dívidas nos bancos. Os estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo, juntos, respondem por 14.908 clientes do programa, responsáveis pelo fechamento de 18.859 contratos, com volume negociado de R$ 564,71 milhões. Na sequência, aparecem as regiões Nordeste (6.274 empreendedores), Sul (4.119), Centro-Oeste (2.935) e Norte (2.066).

Se considerados somente os estados, São Paulo acumula 9.489 empreendedores que renegociaram suas dívidas (31% do total), com 11.657 contratos (30% do total) e R$ 353,67 milhões em volume renegociado (28% do total).

O Rio de Janeiro responde por 2.545 clientes (8%), 3.511 contratos (9%) e R$ 99,02 milhões em volume (8%) e é seguido por Minas Gerais, com 2.473 clientes (8%), 3.151 contratos (8%) e R$ 100,42 milhões em volume.

Daniella Almeida//Folhapress

Política

PT pede na Justiça que Campos Neto seja proibido de dar declaração 'político-partidária'

A bancada do PT na Câmara dos Deputados entrou com uma ação popular na Justiça em que pede que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, seja proibido de fazer "pronunciamentos de natureza político-partidárias".

O partido afirma que "notícias sobre as pretensões eleitorais do atual presidente do Banco Central evidenciam potencial conflito de interesses" e solicita que ele seja impedido de dar declarações que "denotem possível interferência na imparcialidade política imposta" ao chefe da autoridade monetária.

A ação do PT foi protocolada na esteira das críticas feitas pelo presidente Lula (PT) a Campos Neto nesta semana. O petista afirmou em entrevista na terça (18) que o presidente da autoridade bancária tem lado político e trabalha para prejudicar o país. O movimento foi adiantado pela coluna Mônica Bergamo.

"O presidente do Banco Central, que não demonstra nenhuma capacidade de autonomia, que tem lado político e que, na minha opinião, trabalha muito mais para prejudicar o país do que para ajudar o país", afirmou Lula à rádio CBN, após declarar que a autoridade monetária está "desajustada".

No documento, a legenda cita o jantar oferecido pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), a Campos Neto e menciona a informação de que ele aceitaria ser ministro da Fazenda em uma eventual gestão federal do atual chefe do Executivo paulista.

"No caso, a presente ação popular insurge-se contra ostensiva movimentação e articulação político-partidária do presidente do Banco Central do Brasil, amplamente registrada pela imprensa, que indica quebra da necessária imparcialidade na condução daquela instituição e das decisões de política monetária e cambial de sua responsabilidade, que afetam toda a economia do país", diz o documento.

Os deputados dizem na ação que a "conduta de direcionamento político-ideológico" pode impactar sobre a "adequada condução da política monetária e financeira nacional", o que caracteriza "ato atentatório à moralidade administrativa e possível conflito de interesses". Folhapress

Tarcísio diz que Lula está 'viajando' ao citá-lo como adversário em 2026

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou na quarta-feira (19) que o presidente Lula (PT) está "viajando" ao citá-lo como adversário em 2026.

A fala aconteceu após críticas de Lula ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em entrevista à CBN, por ter se encontrado com Tarcísio.

O governador foi questionado sobre o assunto e afirmou que "pode citar à vontade", mas desconversou sobre as próximas eleições presidenciais.

Na entrevista à CBN, Lula afirmou que Tarcísio fez uma festa em homenagem a Campos Neto. Tarcísio afirmou na entrevista que foi ao ato, proposto por um deputado estadual ao presidente do Banco Central, por ser amigo dele.

"Eu fui lá prestigiar, porque entendi que era importante. Primeiro, que eu tenho amizade. É um cara que eu admiro muito. É um cara extremamente preparado. Para mim, foi uma figura importantíssima em momentos complicado da nossa história", disse.

Lula tratou o governador de São Paulo como potencial adversário nas próximas eleições nacionais pela primeira vez e disse que Tarcísio tem mais influência sobre Campos Neto do que ele, em entrevista à rádio CBN na terça (18).

Campos Neto foi indicado para o cargo ainda no governo Jair Bolsonaro, de quem Tarcísio foi ministro, e seu mandato terminará no fim deste ano.

Na avaliação de pessoas próximas do governador, o petista quer tirar o foco da condução da política econômica diante da pressão que tem sofrido com a deterioração das expectativas de inflação, a depreciação do real frente ao dólar e a percepção de maior risco fiscal.

Artur Rodrigues/Folhapress

Comissão do Senado aprova projeto que libera jogo do bicho, cassino e bingo

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou na quarta-feira (19) um projeto de lei que autoriza o funcionamento de cassinos, do jogo do bicho e de outras modalidades de jogos de azar.

A votação foi apertada, com 14 senadores favoráveis e 12 contrários. Como o texto teve aval da Câmara em 2022, só resta o plenário do Senado analisar a proposta para que ela seja enviada à sanção presidencial.

O Congresso Nacional discute o projeto de lei há mais de 30 anos. As tentativas de avançar com a proposta, porém, esbarraram na oposição da bancada evangélica e de setores conservadores do Parlamento.

A força dos opositores enfraqueceu nos últimos anos à medida que se intensificou o lobby internacional, com promessas de investimentos bilionários no Brasil e aumento na arrecadação de impostos.

A proposta aprovada foi criada em 1991 pelo ex-deputado Renato Vianna (MDB-SC). O texto original se restringia a revogar decretos da década de 1940 que colocavam o jogo do bicho na contravenção.

"Há delitos graves, hediondos, que estarrecem a sociedade e que necessitam de árdua e diuturna repressão policial, não a prática de um jogo de azar, enraizado nos costumes e que somente é ilícito porque a lei o mantém como contravenção penal", justificou o deputado.

A cúpula da Câmara dos Deputados decidiu aproveitar o texto do século passado para, em 2022, ampliar o alcance do projeto e legalizar mais jogos proibidos no Brasil, como cassinos e bingo.

O texto atual permite a criação de cassinos integrados a complexos de lazer, como prédios ou embarcações. As instalações só receberão aval para funcionamento se tiverem hoteis, shoppings, salões para eventos sociais e restaurantes.

A proposta prevê autorização para até três cassinos-resorts por estado, a depender do tamanho da população da região ou da extensão do território. As empresas precisarão ser credenciadas pelo Ministério da Fazenda para operar seus cassinos pelo prazo de 30 anos, com possível renovação por igual período.

Cézar Feitoza/Folhapress

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Brasil segue como o país com o 2º maior juro real do mundo; veja ranking

Com a decisão do Banco Central de manter a taxa Selic em 10,5% ao ano, o Brasil se consolida na vice-liderança do ranking mundial de juros reais, atrás somente da Rússia, de acordo com levantamento da Infinity Asset Management com os 40 países mais relevantes do mercado de renda fixa mundial.

Em termos nominais, o país está na 6ª colocação, abaixo da Turquia, Argentina, Rússia, Colômbia e México, e acima de África do Sul, Hungria e Chile.

A taxa de juros real é calculada a partir do abatimento da inflação projetada para os próximos 12 meses em cada país. O ranking utiliza a taxa de juros a mercado no vencimento mais líquido 12 meses à frente e a inflação projetada pelas autoridades econômicas de cada país para os 12 meses consecutivos.

Os bancos centrais utilizam a política monetária como principal instrumento para manter a inflação dentro das metas estabelecidas pelo governo. Taxas de juros reais elevadas costumam atrair um maior fluxo de dólares para o país, por outro lado encarecem o crédito, desestimulam investimentos produtivos e freiam o crescimento da economia.

Ranking de países com as maiores taxas de juros reais

1-Rússia: 8,91%
2-Brasil: 6,79%
3-México: 6,52%
4-Turquia: 4,65%
5-Indonésia: 4,13%
6-Hungria: 3,60%
7-Coreia do Sul: 3,04%
8-África do Sul: 2,79%
9-Hong Kong: 2,66%
10-Colômbia: 2,66%

IstoéDinheiro

Regera&Co Participações S.A.

CNPJ nº 53.147.511/0001-05 - NIRE 35300634071

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de Março de 2024

Data, Hora e Local: Realizada aos 27/03/2024, às 11 hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas detentores. **Composição da Mesa:** André Holzhacker Alves – Presidente; e Marco Antonio Marques Pinto – Secretário. **Deliberações:** **1** Aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **2** Aprovar o Plano de Negócios e Orçamento Anual da Companhia, na forma do **Anexo III** desta ata. **3.** Aprovar a realização da Emissão, com as seguintes características e condições, as quais serão detalhadas na Escritura de Emissão: **1. Características da Emissão - 1.1. Distribuição -** 1.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição privada, sem qualquer esforço de venda perante o público em geral realizado por instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários. **1.2. Número da Emissão - 1.2.1.** As Debêntures representam a 1ª emissão de debêntures da Companhia. **1.3. Valor Total da Emissão - 1.3.1.** O valor total da Emissão será de até R$25.000.000,00 ("Valor Total da Emissão"), sendo até R$17.500.000,00 para as Debêntures 1ª Série ("Montante 1ª Série"), na Data de Emissão Debêntures 1ª Série, e até R$7.500.000,00 para as Debêntures 2ª Série ("Montante 2ª Série"), na Data de Emissão Debêntures 2ª Série. **1.4. Número de Séries - 1.4.1.** A Emissão será realizada em até duas séries**. 1.5. Desembolso - 1.5.1.** O Montante 1ª Série e o Montante 2ª Série serão desembolsados pelas Investidoras, em 3 parcelas (cada parcela, "Parcela do Valor da Emissão"), sendo duas Parcelas do Valor da Emissão referente ao Montante 1ª Série e uma Parcela do Valor da Emissão referente ao Montante 2ª Série, de acordo com a Proporção de Integralização, da seguinte forma: **(i)** o Montante 1ª Série será pago em duas Parcelas do Valor da Emissão, sendo (i.a) R$7.500.000,00 desembolsado na Data de Fechamento, e (i.b) R$10.000.000,00 desembolsado em 30/04/2024 (cada uma, "Data de Integralização Debêntures 1ª Série"); e **(ii)** o Montante 2ª Série será desembolsado integralmente em 30/08/2024 ("Data de Integralização Debêntures 2ª Série"), conforme previsto na Escritura, por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED para a seguinte conta bancária de titularidade da Sociedade: Banco Itaú S.A., Agência: 3376, C/C 0099393-1. **1.6. Destinação dos Recursos - 1.6.1.** A Sociedade utilizará os recursos captados com as Debêntures nos termos e condições constantes do Plano de Negócios e Orçamento Anual, conforme definido no **Anexo 2.2.5** do "Acordo de Investimento". **1.7. Escriturador - 1.7.1.** A Emissão contará com a prestação de serviços de escriturador, que serão prestados pelo Itaú Corretora de Valores S.A., CNPJ n° 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"). **1.8. Data de Emissão - 1.8.1.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures 1ª Série será 27/03/2024 ("Data de Emissão Debêntures 1ª Série") e a data de emissão das Debêntures 2ª Série será 27/03/2024 ("Data de Emissão Debêntures 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Emissão Debêntures 1ª Série ("Data de Emissão"). **1.9. Valor Nominal Unitário - 1.9.1.** As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1.000,00, na Data de Emissão. **1.10. Quantidade de Debêntures - 1.10.1.** Serão emitidas 25.000 Debêntures, sendo 17.500 Debêntures da 1ª série ("Debêntures 1ª Série") e 7.500 Debêntures da 2ª série ("Debêntures 2ª Série"). **1.11. Espécie - 1.11.1.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. **1.12. Prazo e Data de Vencimento - 1.12.1.** Caso a Conversão (conforme abaixo definido) não tenha ocorrido conforme procedimentos descritos na cláusula 4.8 da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário deverá ser pago aos Debenturistas, nos termos da Escritura, ou seja, em até 60 dias após a Data de Vencimento. As Debêntures 1ª Série terão prazo de vencimento de 27 meses contados da Data de Integralização Debêntures 1ª Série, e as Debêntures 2ª Série terão prazo de vencimento de 27 meses contados da Data de Integralização Debêntures 2ª Série, sendo esta a data limite para que o valor integral do saldo devedor das Debêntures seja convertido automaticamente em ações ordinárias de emissão da Sociedade, nos termos da cláusula 4.5.1 da Escritura. **1.12.2.** A Data Limite de Conversão poderá ser prorrogada em demais hipóteses, conforme aprovado pelos Debenturistas em sede de Assembleia Geral de Debenturistas. **1.13. Forma de Subscrição e de Integralização - 1.13.1.** As Debêntures 1ª Série serão subscritas e integralizadas à vista, na data de subscrição e as Debêntures 2ª Série serão subscritas e integralizadas em cada data de subscrição (sendo (a) a data de integralização das Debêntures 1ª Série "Data de Integralização Debêntures 1ª Série"; (b) a data de integralização das Debêntures 2ª Série "Data de Integralização Debêntures 2ª Série", e (c) em conjunto "Data de Integralização", conforme Cronograma de Integralização, mediante assinatura pelos Debenturistas do boletim de subscrição das Debêntures, na forma do **Anexo 4.6.1** à Escritura, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário. A subscrição observará a Proporção de Integralização conforme definido no Acordo de Investimento. Caso ocorra a integralização das Debêntures 1ª Série ou das Debêntures 2ª Série em mais de uma data, o preço de subscrição e integralização das Debêntures 1ª Série e das Debêntures 2ª Série corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Atualização Monetária, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização Debêntures 1ª Série (inclusive) até a efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. **1.14. Forma e Tipo - 1.14.1.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador. **1.15. Conversibilidade das Debêntures - 1.15.1.** Satisfeitas (ou renunciadas conforme aplicável) as Condições Precedentes da Emissão, as Condições Suspensivas da Conversão (conforme definidas no Acordo de Investimento) e as Condições Precedentes da Conversão previstas na cláusula 3.8.2 da Escritura, o valor integral do saldo devedor das Debêntures deverá ser convertido automaticamente em ações ordinárias de emissão da Sociedade nos termos da cláusula 4.23 da Escritura ("Ações da Sociedade" e "Conversão", respectivamente). **1.15.2.** A Conversão deverá ser realizada com base no Preço de Conversão, o qual deverá ser apurado na forma descrita na cláusula 4.23 da Escritura, cujo cálculo determinará a quantidade total de Ações da Sociedade que deverá ser subscrita e integralizada por cada um dos Debenturistas no âmbito da Conversão. **1.16. Remuneração - 1.16.1.** As Debêntures não farão jus a qualquer remuneração, nos termos do artigo 56 da Lei das Sociedades por Ações. **1.17. Atualização Monetária - 1.17.1.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, em periodicidade mensal, pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir Data de Integralização das Debêntures de cada Série data esta que será equivalente à Data Integralização das Debêntures de cada série ("Atualização Monetária das Debêntures"). O produto da Atualização Monetária das Debêntures será automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures em cada Data de Aniversário das Debêntures (conforme abaixo definida). O cálculo do valor nominal unitário atualizado das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures") será realizado da seguinte forma: **VNa = VNe × C** *onde*: **VNa =** Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **VNe =** Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, do período imediatamente anterior, informado/calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **C =** Fator acumulado das variações mensais da Atualização Monetária das Debêntures, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}$$

onde: NI_k = valor do número-índice da Atualização Monetária das Debêntures divulgado no mês anterior ao mês de atualização (*e.g.* para o mês de atualização outubro, utilizar-se-á o índice divulgado em setembro, que se refere a agosto); NI_{k-1} = Valor do número-índice da Atualização Monetária das Debêntures divulgado no mês anterior ao mês "k" (*e.g.* utilizar-se-á o índice divulgado em agosto, que se refere a julho); **dup** = Número de Dias Úteis entre a Data da Integralização das Debêntures 1ª Série, ou Data de Aniversário das Debêntures mediatamente anterior, inclusive, e a próxima Data de Aniversário das Debêntures, exclusive, sendo "dup" um número inteiro; e limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice utilizado. Após a integralização das Debêntures, e somente em relação ao respectivo primeiro período, serão adicionados 2 Dias Úteis para fins do cálculo; **dut** = Número de Dias Úteis entre a Data de Aniversário das Debêntures anterior, inclusive, e a próxima Data de Aniversário das Debêntures, exclusive, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice da Atualização Monetária das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro. O fator resultante da expressão $\frac{dup}{dut}$ é considerado com 9 casas decimais, sem arredondamento. O fator resultante da expressão $\frac{NI_k}{NI_{k-1}}$ é considerado com 8 casas decimais, sem arredondamento. O número-índice da Atualização Monetária das Debêntures deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.Considera-se "Data de Aniversário das Debêntures" o dia 27 de cada mês. Caso a Data de Aniversário das Debêntures não seja um dia útil, considerar-se-á o dia útil anterior. Caso o número-índice da Atualização Monetária das Debêntures ainda não esteja disponível até 5 dias antes da referida data de pagamento, utilizar-se-á a variação positiva da Atualização Monetária das Debêntures referente ao período anterior. A variação positiva será utilizada provisoriamente para fins de cálculo. Caso haja efetivo pagamento com a utilização da variação positiva, não haverá compensações entre as partes. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. **1.18. Pagamento da Atualização Monetária - 1.18.1.** Exceto em caso de concretização da Conversão, a Atualização Monetária das Debêntures será paga em uma única parcela na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, casos em que o pagamento da Remuneração deverá ser apurado e pago em tal data. **1.19. Pagamento do Valor Nominal Unitário - 1.19.1.** Exceto em caso de concretização da Conversão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures 1ª Série e o Valor Nominal Unitário das Debêntures 2ª Série serão amortizados em uma única parcela, na respectiva Data de Vencimento de cada série, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, casos em que o Valor Nominal Unitário de cada série deverá ser pago nos termos previstos na Escritura. **1.20. Local de Pagamento - 1.20.1** Se aplicável, os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam registradas em nome do titular na B3. **1.21. Direito ao Recebimento dos Pagamentos - 1.21.1.** Se aplicável, farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data do pagamento. **1.22. Prorrogação dos Prazos - 1.22.1.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o 1º Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento ou na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado e/ou domingo. **1.23. Encargos Moratórios - 1.23.1.** Sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), incidente sobre o montante devido e não pago; e (ii) multa moratória e não compensatória de 2%, incidente sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **1.24. Decadência dos Direitos aos Acréscimos - 1.24.1.** O não comparecimento de qualquer Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento. **1.25. Repactuação Programada - 1.25.1.** Não haverá repactuação programada. **1.26. Publicidade - 1.26.1** Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser comunicados na forma de "Avisos aos Debenturistas" e publicados no Jornal de Publicação conforme definido na Cláusula 2.3.1, devendo, ainda, a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da referida publicação, na mesma data de sua publicação. A Emissora poderá alterar o jornal indicado acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário. **1.27. Fundo de Liquidez e Estabilização - 1.27.1.** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures. **1.28. Fundo de Amortização - 1.28.1.** Não será constituído fundo de amortização para a Emissão. **1.29. Fiança - 1.29.1** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações relativas ao pontual e integral pagamento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização Debêntures 1ª Série (inclusive), acrescido dos Encargos Moratórios desde a data da impontualidade no pagamento das obrigações pecuniárias até a data do seu efetivo pagamento, se aplicável; bem como das demais obrigações pecuniárias presentes e futuras, principais e acessórias, previstas na Escritura de Emissão, inclusive remuneração do Agente Fiduciário, bem como as despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas inclusive na constituição, formalização, excussão e/ou execução da garantia fidejussória, do Agente Fiduciário, Escriturador e verbas indenizatórias, quando houver, em decorrência de quaisquer processos ou procedimentos e/ou outras medidas necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures ou da Escritura de Emissão, os Fiadores aceitaram a Escritura de Emissão e prestaram, solidariamente entre si, fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se por si, ou por seus sucessores a qualquer título, como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora, em conformidade com o artigo 275 e seguintes do Código Civil. **1.30. Demais Características:** As demais características e especificidades das Debêntures da Emissão encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos pertinentes. **4.** Aprovar a prática, pela Diretoria da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, do Acordo de Investimento e/ou de outros documentos relacionados à Emissão. **5.** Recondução de Membros do Conselho de Administração: a recondução dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme constou da 2ª Alteração do Contrato Social e Transformação em Sociedade Anônima Fechada: (a) **Claudio Nasser De Carvalho**, brasileiro, engenheiro agrônomo, divorciado, portador da carteira de identidade nº M-1.215.342 emitida pela PC/MG e do CPF nº 435.553.226-72, residente e domiciliado na Rua Prefeito Camundinho nº 100, apto. 901, Bairro Conego Getúlio, Patos de Minas/MG, CEP -38.700-194, como membro do conselho de administração; (b) **André Holzhacker Alves**, portador da carteira de identidade nº 36.049.758-5 emitida pela SSP/SP, CPF nº 365.951.138-21, como Presidente do conselho de administração; e (c) **Marco Antonio Marques Pinto**, portador da carteira de identidade nº 08987682-5, emitida pelo IIFP RJ, CPF nº 016.398.427-13, como membro do conselho de administração **5.** Eleição de Novos Membros ao Conselho de Administração: a eleição dos seguintes novos membros do conselho de administração, nos termos do acordo de acionistas da Companhia firmado na presente data: (a) **Fernando Siqueira Jamra**, portador do documento de identidade RG 38.493.727, CPF nº 418.026.288-60, como membro do conselho de administração; e (b) **Eduardo de Mattos Alves dos Santos**, RG 10.835.423-4, CPF nº 112.666.997-08, como membro do conselho de administração. **6.** Fica desde já consignado que os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia terão mandato unificado de 2 anos, encerrando-se, portanto, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025 ("Prazo de Mandato"). **7.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse dos cargos mediante assinatura dos termos de posse que integram a presente ata como **Anexo II**, declarando não ser ou estarem impedidos por lei especial para ocupar cargos de administração da Companhia ou condenados por pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por processo falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro, ciente de que qualquer declaração falsa importa em responsabilidade criminal, declarando também que preenche todas as condições e requisitos previstos nos artigos 145 a 147 da Lei das S.A. **8.** Em vista das aprovações dos itens 5.4 e 5.5 acima, o Conselho de Administração passará a ser composto pelos seguintes membros, com mandato unificado pelo Prazo de Mandato: (a) **Claudio Nasser de Carvalho**, portador da carteira de identidade nº M-1.215.342 emitida pela PC/MG e do CPF nº 435.553.226-72, como membro do conselho de administração; (b) **André Holzhacker Alves**, portador da carteira de identidade nº 36.049.758-5 emitida pela SSP/SP, CPF nº 365.951.138-21, como Presidente do conselho de administração; (c) **Marco Antonio Marques Pinto**, portador da carteira de identidade nº 08987682-5, emitida pelo IIFP RJ, CPF nº 016.398.427-13, como membro do conselho de administração; (d) **Fernando Siqueira Jamra**, portador do documento de identidade RG 38.493.727, CPF nº 418.026.288-60, como membro do conselho de administração; e (e) **Eduardo de Mattos Alves dos Santos**, RG 10.835.423-4, CPF nº 112.666.997-08, como membro do conselho de administração. **8.** aprovar a nova redação do Estatuto Social, que lido e discutido foi anexado em sua forma final, em sua íntegra, à Ata desta Assembleia como **Anexo I. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo, 27/03/2024. Jucesp nº 132.234/24-5 em 26/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Poly Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

CNPJ nº 43.655.612/0001-25 - NIRE 35300049837

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 29/04/2024

Data/hora/local: Aos 29/04/2024, 10hs, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada. Os acionistas representando 100% do Capital Social. **Mesa:** Presidente, Sra. Michela Brigida Arippol, Sr. Denis Arippol Borenstein e Sérgio Costa, Secretário. **Deliberações aprovadas: a)** As Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31.12.2023 publicadas no jornal Data Mercantil**; b)** Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício, no montante de R$ 20.131.057,53 como segue: R$ 7.367.927,30, referente a Juros sobre capital próprio mensal e anual, no montante bruto; Retido o montante de R$ 1.105.189,13 referente ao imposto de renda retido na fonte; R$ 6.262.738,17, para pagamentos mensais e anual dos acionistas de acordo com suas participações no capital social; R$ 11.756.577,35 para a conta Reserva de Retenção de Lucros referente ao Exercício de 2.023 ; R$ 1.006.552,88 destinado para Reserva Legal; **c)** Reeleitos para 2024/2025/2026: Diretora Presidente a Sra. Michela Brigida Arippol e Diretor o Sr. Denis Arippol Borenstein, as declarações de desimpedimento estão arquivadas na sede; **d)** As retiradas mensais e anuais dos acionistas, serão por meio de dividendos propostos ao mínimo 10% do lucro líquido do exercício e o Juros sobre o Capital Próprio, não terão mínimo obrigatório e serão atualizados *pro rata* dia pela TJLP. Adicionalmente os acionistas poderão deliberar a distribuição de dividendos complementares durante o exercício a serem debitados da Reserva de lucros realizada com a devida aprovação em AGE; Por determinação e liberalidade da sócia majoritária Sra. Michela Brigida Arippol, houve aprovação e a retirada desproporcional pelo sócio minoritário Sr. Denis Arippol Borenstein no valor de R$ 402.571,04, referente a Dividendos Adicionais, cuja modalidade poderá ser adotada em anos subsequentes; do saldo da conta de Reserva de Lucros em 31/12/2023, o valor de R$ 16.100.000,00 será destinado para o pagamento futuro de dividendos adicionais propostos aos acionistas, cujo registro estará contabilizado no Passivo Circulante. Nada mais. São Paulo, 29/04/2024. JUCESP nº 223.612/24-8 em 17/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GPC Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 22.988.114/0001-24 - NIRE: 35.229.363.597

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Convocamos os Srs. acionistas da Premier Administração Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em primeira convocação no dia 27 de junho de 2024, às 11h00min, na sede da Sociedade na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 15º andar, Conj. 152, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do dia: (i)** A destituição do Diretor Presidente Sr. José Geraldo Dontal e a indicação de novo Diretor Presidente; **(ii)** Alteração do art. 19§ 1º do Estatuto Social; **(iii)** Consolidação do Estatuto Social; e **(iv)** Demais matérias. **Informações Gerais: (I)** Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGE, poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail diretoria@premiercapital.com.br; e **(II)** A AGE será instalada, nesta primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, conforme disposto no artigo 135 da Lei das S.A. (19, 20 e 21/06/2024)

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5244
Dólar (EUA) - 5,4647
Franco (Suíça) - 6,1846
Iene (Japão) - 0,0346
Libra (Inglaterra) - 6,9544
Peso (Argentina) - 0,006035
Peso (Chile) - 0,005893
Peso (México) - 0,2969
Peso (Uruguai) - 0,1388
Yuan (China) - 0,753
Rublo (Rússia) - 0,06613
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,8751

Publicidade Legal

Attuale Participações S.A.

CNPJ/MF nº 33.150.769/0001-45

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado) *(Em Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	26.972	779	18.644.628	3.373.942
Contas a receber	330.424	–	25.614.748	28.835.918
Estoques	–	–	22.146.386	22.499.384
Impostos a recuperar	–	–	4.235.639	3.842.720
Adiantamento a fornecedores	–	–	4.854.072	2.672.429
Outras contas a receber	15.160	–	39.072	1.468.379
	372.556	**779**	**75.534.545**	**62.692.772**
Não circulante				
Depósitos judiciais	–	–	187.846	109.527
Impostos a recuperar	–	–	1.315.105	782.683
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	–	1.655.319	–
Partes relacionadas	54.628	–	–	–
Outras contas a receber	–	–	245.576	525.263
Investimentos	185.430.977	60.391.719	1.625.966	1.234.783
Imobilizado	–	–	251.862.716	35.141.846
Intangível	–	–	1.292.681	936.833
	185.485.605	**60.391.719**	**258.185.209**	**38.730.935**
Total do ativo	**185.858.161**	**60.392.498**	**333.719.754**	**101.423.707**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	2.286	2.708	8.834.902	7.609.671
Empréstimos e financiamentos	–	–	28.572.576	12.233.609
Instrumentos derivativos	–	–	401.048	–
Obrigações trabalhistas	–	5.818	6.561.505	3.238.601
Obrigações tributárias	32.591	4	2.681.221	6.719.243
Imóvel a pagar	–	–	13.000.000	–
Outras contas a pagar	106.771	1.651.182	1.896.593	1.846.800
	141.648	**1.659.712**	**61.947.845**	**31.647.924**
Não circulante				
Provisão para demandas judiciais	–	–	133.000	–
Fornecedores	–	–	2.121.091	487.495
Empréstimos e financiamentos	–	–	23.377.207	10.432.851
Obrigações tributárias	–	–	577.832	347.224
Imóvel a pagar	–	–	2.000.000	–
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	–	58.249.644	–
Partes relacionadas	–	–	16.397	223.000
Provisão para perdas com investimentos	419.775	447.573	–	–
	419.775	**447.573**	**86.475.171**	**11.490.570**
Patrimônio Líquido				
Capital social	57.100.000	100.000	57.100.000	100.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.000.000	–	15.000.000	–
Outros resultados abrangentes	113.192.725	(41.906)	113.192.725	(41.906)
Lucros acumulados	4.013	58.227.119	4.013	58.227.119
	185.296.738	**58.285.213**	**185.296.738**	**58.285.213**
Total do passivo e patrimônio líquido	**185.858.161**	**60.392.498**	**333.719.754**	**101.423.707**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado) *(Em Reais)*

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022 (Não auditado)	**100.000**	**(9.809)**	**–**	**41.137.114**	**41.237.114**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	23.917.768	**23.917.768**
Distribuição de dividendos	–	–	–	(6.827.763)	**(6.827.763)**
Ajuste acumulado de conversão	–	(32.097)	–	–	**(32.097)**
Saldos em 31 de dezembro 2022 (Não auditado)	**100.000**	**(41.906)**	**–**	**58.227.119**	**58.285.213**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.231.364	**5.231.364**
Integralização de capital	57.000.000	–	–	(52.000.000)	**5.000.000**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	113.072.837	–	–	**113.072.837**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	15.000.000	–	**15.000.000**
Distribuição de dividendos	–	–	–	(11.454.470)	**(11.454.470)**
Ajuste acumulado de conversão	–	161.794	–	–	**161.794**
Saldos em 31 de dezembro 2023	**57.100.000**	**113.192.725**	**15.000.000**	**4.013**	**185.296.738**

Demonstrações do Resultado Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado) *(Em Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Receita líquida de vendas	–	–	128.124.736	114.903.662
Custo dos produtos vendidos	–	–	(79.930.664)	(59.859.807)
Lucro bruto	**–**	**–**	**48.194.072**	**55.043.855**
Receitas e despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(6.853.837)	(92.710)	(27.471.589)	(14.757.778)
Despesas comerciais	(1.585)	–	(9.869.075)	(6.919.196)
Despesas tributárias	(9.392)	(6.769)	(299.095)	(196.048)
Outras receitas/(despesas)	50.318	–	214.097	2.407.316
Equivalência patrimonial	11.832.425	24.020.872	391.183	2.745.291
	5.017.929	**23.921.393**	**(37.034.479)**	**(16.720.415)**
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	451.399	202	1.970.930	551.971
Despesas financeiras	(83.573)	(3.790)	(6.736.954)	(3.644.103)
	367.826	**(3.588)**	**(4.766.024)**	**(3.092.132)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**5.385.755**	**23.917.805**	**6.393.569**	**35.231.308**
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(154.391)	(37)	(2.817.524)	(11.313.540)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	–	–	1.655.319	–
Lucro líquido antes dos não controladores	**5.231.364**	**23.917.768**	**5.231.364**	**23.917.768**

Demonstrações do Resultado Abrangente Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado) *(Em Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	**5.231.364**	**23.917.768**	**5.231.364**	**23.917.768**
Resultado abrangente	**5.231.364**	**23.917.768**	**5.231.364**	**23.917.768**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado) *(Em Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Lucro do exercício	**5.231.364**	**23.917.768**	**5.231.364**	**23.917.768**
Ajustes para conciliar o resultado				
Depreciação	–	–	5.949.727	4.381.578
Amortização	–	–	91.440	–
MtM – Instrumentos derivativos	–	–	401.048	–
Equivalência patrimonial	(11.832.425)	(24.020.872)	(391.183)	(2.745.291)
Ajuste acumulado de conversão			161.794	(32.097)
Provisão para contingências	–	–	133.000	–
Valor líquido da baixa do imobilizado	–	–	312.842	22.361
Provisão de PECLD	–	–	735.965	–
Outras provisões	–	4.315	2.177.145	4.315
Provisão imposto de renda e contribuição social diferido	–	–	(1.655.319)	–
	(11.832.425)	**(24.016.557)**	**7.916.459**	**1.630.866**
Aumento/(redução) nos ativos				
Contas a receber	(330.424)	–	2.485.205	(13.574.227)
Estoques	–	–	352.998	(5.232.135)
Impostos a recuperar	–	–	(925.341)	(41.581)
Adiantamento a fornecedores	–	–	(2.181.643)	(2.672.429)
Outras contas a receber	(15.160)	125.000	1.708.994	1.902.574
Depósitos judiciais	–	–	(78.319)	(73.720)
Partes Relacionadas	(54.628)	–	–	(990.452)
	(400.212)	**125.000**	**1.361.894**	**(20.681.970)**
Aumento/(redução) nos passivos				
Fornecedores	(422)	703	2.858.827	723.174
Obrigações trabalhistas	(5.818)	(3.777)	1.145.759	946.195
Obrigações tributárias	32.587	1	(3.807.414)	4.253.982
Imóvel a Pagar	–	–	15.000.000	–
Outras contas a pagar	(1.544.411)	6.790.581	49.793	998.281
Partes relacionadas	–	–	(206.603)	–
	(1.518.064)	**6.787.508**	**15.040.362**	**6.921.632**
Caixa proveniente das atividades operacionais	**(8.519.337)**	**6.813.719**	**29.550.079**	**11.788.296**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	(19.354.967)	–	–	–
Recebimento de dividendos	11.758.634	–	–	–
Baixa de investimento	7.596.333	–	–	–
Adições de imobilizado	–	–	(51.633.161)	(8.215.638)
Adições de intangível	–	–	(475.085)	–
Caixa proveniente das atividades de investimento	**–**	**–**	**(52.108.246)**	**(8.215.638)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos – Amortizações	–	–	(34.386.700)	3.447.427
Empréstimos e financiamentos – Captações	–	–	63.670.023	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.000.000	–	15.000.000	–
Integralização da capital	5.000.000	–	5.000.000	–
Distribuição de dividendos	(11.454.470)	(6.827.763)	(11.454.470)	(6.827.763)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	**8.545.530**	**(6.827.763)**	**37.828.853**	**(3.380.336)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**26.193**	**(14.044)**	**15.270.686**	**192.322**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	779	14.823	3.373.942	3.181.620
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.972	779	18.644.628	3.373.942
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**26.193**	**(14.044)**	**15.270.686**	**192.322**
Informação suplementar				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	21.201	13	8.231.376	6.422.460

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (não auditado) *(Em Reais, exceto quando indicado de outra maneira)*

1. Contexto operacional – Attuale Participações S.A. é uma holding de instituições não financeiras que por meio de suas investidas tem a missão de contribuir com a sociedade e com o meio ambiente sendo sustentável em fontes renováveis, minimizando a utilização de recursos naturais. A companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de março de 2019. **2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e principais práticas contábeis – 2.1. Critérios de elaboração e apresentação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias Companhias NBC TG 1000 (R1) – CPC PME (R1), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), cumprindo as sessões previstas "Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade", nessa data. Adicionalmente, na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da data de adoção inicial, há exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva dos pronunciamentos contábeis. Contudo, nenhuma isenção foi aplicada pela Companhia quando da elaboração das demonstrações contábeis. Os Acionistas declaram que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, e que todas as informações relevantes e próprias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela diretoria na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 05 de junho de 2024, considerando os eventos subsequentes até esta data. **b. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para passivos contingentes, Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares (incluindo contingências). Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente num período não superior a um ano. A Companhia adotou todas as seções aplicáveis do CPC PME (R1) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. O resultado é apurado pelo regime de competência. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista em moeda local, aplicações de resgate imediato e valores recebidos de clientes estrangeiros através de ordens de recebimento em dólares.

A Diretoria

Edison Yoiti Masunaga – Contador – CPF: 120.730.638-02 – CRC: 1SP 197.268/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Attuale Participações S.A. – Atibaia-SP

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Attuale Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Attuale Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Saldos iniciais das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2022, conforme determina a NBC TA 510 (R1) – Trabalhos iniciais – saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Inventário físico dos estoques e custo do produto vendido – controlada Lar Plásticos. Pelo fato de termos sido contratados pela Companhia após 31 de dezembro de 2022, não acompanhamos a realização dos inventários físicos dos estoques da controlada direta Lar Plásticos Indústria e Comércio de Produtos Ltda. na referida data, tampouco foi possível satisfazermo-nos sobre a existência dos estoques por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Consequentemente, não pudemos formar uma opinião sobre os saldos do custo do produto vendido em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 79.923 mil, conforme Nota Explicativa nº19. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 05 de junho de 2024.

BDO

BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2SP 015.165/O-8
Rafael Schmidt da Silva
Contador – CRC 1SP 258.652/O-3

Publicidade Legal

Pardal Marron Participações S.A.

CNPJ nº 17.986.777/0001-70

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2023	2022
Circulante	**96.014**	**78.796**
Caixas e equivalentes de caixa	22	-
Contas a receber de clientes	1.456	888
Estoque de imóveis	94.490	77.903
Adiantamentos diversos	46	5
Não circulante	**1.866**	**1.677**
Contas a receber	1.854	1.677
Imobilizado	12	-
Total do ativo	**97.880**	**80.473**
Passivo	**2023**	**2022**
Circulante	**2.329**	**43.658**
Empréstimos e financiamentos	188	22.551
Fornecedores	1.387	190
Obrigações tributárias	53	25
Contas a pagar	579	564
Partes relacionadas	-	20.292
Impostos diferidos	122	36
Não circulante	**49.649**	**32.897**
Empréstimos e financiamentos	49.610	32.800
Impostos correntes com recolhimento diferido	-	67
Provisão para garantia	39	30
Patrimônio líquido	**45.902**	**3.918**
Capital Social	42.500	7.500
AFAC	8.529	-
Prejuízos acumulados	(5.127)	(3.582)
Total do passivo e patrimônio líquido	**97.880**	**80.473**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2023	2022
Receita operacional líquida	731	4.511
Custo dos imóveis vendidos	(810)	(3.833)
Lucro bruto (Prejuízo)	**(79)**	**678**
Receitas/(despesas) operacionais:		
Despesas administrativas e gerais	(970)	(407)
Despesas comerciais	(544)	(443)
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	(1)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	**(1.593)**	**(173)**
Despesas financeiras	(19)	(42)
Receitas financeiras	106	3
Prejuízo antes do IRPJ CSLL	**(1.506)**	**(212)**
IRPJ e CSLL		
Corrente	(40)	(1)
Diferido	-	(49)
Prejuízo do exercício	**(1.546)**	**(262)**
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,21)	(0,03)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(1.546)**	**(262)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(1.546)**	**(262)**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	AFAC	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/21 (não auditado)	**7.500**	**-**	**(3.319)**	**4.180**
Prejuízo do exercício	-	-	(262)	(262)
Saldos em 31/12/22	**7.500**	**-**	**(3.582)**	**3.918**
Prejuízo do exercício	-	-	(1.545)	(1.545)
Aumento de capital	35.000	-	-	35.000
AFAC	-	8.529	-	8.529
Saldos em 31/12/23	**42.500**	**8.529**	**(5.127)**	**45.902**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(1.546)**	**(262)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Ajuste a valor presente	(215)	216
Custo de juros capitalizados	499	588
Custo de garantia de obra	10	30
Pis e cofins diferidos	19	53
(Decréscimo)/acréscimo em ativos		
Contas a receber	(530)	(2.781)
Estoque de imóveis	(17.086)	(7.861)
Adiantamentos diversos	(41)	17
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Fornecedores	1.197	189
Obrigações tributárias e trabalhistas	28	72
Adiantamento de clientes	-	(614)
Contas a pagar	15	564
	-	
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	**(17.650)**	**(9.789)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Acréscimo do imobilizado e intangível	(12)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	**(12)**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captações, amortizações dos empréstimos e respectivos encargos	(5.553)	1.185
Aumento de capital	35.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.529	-
Partes relacionadas	(20.292)	8.321
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**17.684**	**9.506**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equiv. de caixa	**22**	**(283)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	-	283
No final do exercício	22	-
Aumento líquido/(redução) de caixa e equiv. de caixa	**22**	**(283)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Pardal Marrom Participações S.A. ("Companhia" ou "Pardal Marrom"), é uma sociedade por ações de capital fechado, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e artigos 1.113 a 1.122 da Lei no 10.406, constituída em 02 de julho de 2013, com sede localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, n° 1.545, conjunto 151, Vila Nova Conceição, São Paulo (SP). A Companhia tem por objeto social a incorporação de empreendimento imobiliário, residencial ou não. O projeto desenvolvido é um empreendimento imobiliário, consistente a condomínio de apartamentos de alto padrão de uso residencial, localizado à Avenida Helio Pellegrino, n° 622, na região da Vila Nova Conceição, zona sul de São Paulo. O projeto é composto por um prédio, formado por 4 subsolos, térreo, 19 pavimentos, e 20 pavimento duplex inferior e 21 pavimento duplex superior, contendo 21 ("vinte") unidades autônomas. A obra do empreendimento teve início em setembro de 2022 e possui previsão de entrega da construção em setembro de 2025, acrescido do prazo de 180 (cento e oitenta) dias de tolerância. O empreendimento possui VGV ("Valor Geral de Vendas") estimado em R$ 220 milhões. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade**: As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com alinhamento ao manifestado no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15), e Normas Internacionais De Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, provisões necessárias para passivos contingentes, Perdas de Crédito Esperadas (PCE), os custos orçados para os empreendimentos, tributos e outros encargos similares. Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas. As demonstrações contábeis, foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quanto informado de outra forma, conforme descrito no resumo das práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram preparadas no curso normal das operações e no pressuposto da continuidade dos negócios. A Administração realiza uma avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando ao preparar as demonstrações contábeis. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nestas demonstrações contábeis que são utilizadas pela Administração para a tomada de decisão. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 13 de junho de 2024.

DIRETORIA

Jaime Antonio Sirena Pereira - Administrador

Fernanda R. Machado de Oliveira

Contadora - CT CRC 1SP 284.501/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e Administradores da **Pardal Marrom Participações S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis**: Examinamos as demonstrações contábeis da **Pardal Marrom Participações S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. Ênfase: **Reconhecimento de receita**: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais De Relatório Financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Desta forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de junho de 2024.

BDO RCS
Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Diego Cavalcante Bastos
Contador
CRC 1 SP 292913/O-9

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - 5,4641 / R$ 5,4647 **

Câmbio livre mercado - R$ 5,4392 / R$ 5,4412 *

Turismo - R$ 5,4793 / R$ 5,6593

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,15%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,52%

Pontos: 120.261

Volume financeiro: R$ 14,247 bilhões

Maiores altas: BRF SA ON (4,33%), YDUQS PART ON (4,33%), Marfrig ON (3,03%)

Maiores baixas: Azul PN (-4,62%), CSN Nacional ON (-1,85%), Assaí ON (-1,07%)

S&P 500 (Nova York): 0,25%

Dow Jones (Nova York): 0,15%

Nasdaq (Nova York): 0,03%

CAC 40 (Paris): -0,77%

Dax 30 (Frankfurt): -0,35%

Financial 100 (Londres): 0,17%

Nikkei 225 (Tóquio): 0,23%

Hang Seng (Hong Kong): 2,87%

Shanghai Composite (Xangai): -0,4%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,47%

Merval (Buenos Aires): 1,22%

IPC (México): 0,25%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Setembro 2023: 0,26%

Outubro 2023: 0,24%

Novembro 2023: 0,28%

Dezembro 2023: 0,56%

Janeiro 2024: 0,42%

Fevereiro 2024: 0,83%

Março 2024: 0,16%

Abril 2024: 0,38%

DECLARAÇÃO À PRAÇA

PEPSICO AMACOCO BEBIDAS DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.644.104/0001-03, Inscrição Estadual 147.050.575.112, estabelecida à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 180 - 9. andar (parte), Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, CEP 04543-000, DECLARA À PRAÇA em geral o extravio do **LIVRO MODELO 6.**

(20, 21 e 24/06/2024)

Premier Administração Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 43.822.044/0001-00 - NIRE 35.237.920.947

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Convocamos os Srs. acionistas da Premier Administração Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em primeira convocação no dia 27/06/2024, às 10h00min, na sede da Sociedade na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 15º andar, Conj. 152, sala 6, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do dia: (i)** A destituição do Diretor Presidente Sr. José Geraldo Dontal e a indicação de novo Diretor Presidente; **(ii)** Alteração do art. 19 §1º do Estatuto Social; **(iii)** Consolidação do Estatuto Social; e **(iv)** Demais matérias. **Informações Gerais: (I)** Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGE, poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail diretoria@premiercapital.com.br; e **(II)** A AGE será instalada, nesta primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, conforme disposto no artigo 135 da Lei das S.A. (19, 20 e 21/06/2024)

Ali Crédito e Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 29.279.532/0001-91 – NIRE 35.3.0059534-3 – Companhia Fechada

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 17/07/2024.

Ficam convocados os acionistas da **Ali Crédito e Pagamentos S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S/A"), a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada presencialmente na sede da Companhia, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1765, 7º andar, Vila Olimpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04547-006, e/ou de modo digital por meio da plataforma Microsoft Teams, no dia 17 de julho de 2024, às 10:00h, em primeira convocação, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a aprovação, para fins, inclusive, de exercício do direito de venda forçada previsto no Acordo de Acionistas, dos termos e condições negociados com terceiro para a venda, por determinados acionistas da Companhia, da totalidade das ações de suas respectivas titularidades, de emissão da Companhia, sendo tal operação representativa da alienação do Controle (conforme definido no Acordo de Acionistas) da Companhia ("Operação"); (ii) sendo aprovada a deliberação 'i' acima, a aprovação do exercício do direito de venda forçada contra os acionistas da Companhia; e (iii) autorização à diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes para implementação da Operação. Em observância ao artigo 135, §3º, da Lei das S/A, a documentação pertinente sobre os itens da ordem do dia, incluindo, mas não se limitando, a notificação enviada aos acionistas da Companhia no dia 12 de junho de 2024, nos termos da Cláusula 6.10.1 do Acordo de Acionistas, e o "*Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças*" celebrado entre determinados acionistas da Companhia com relação à implementação da Operação, bem como seu aditamento assinado em 21 de maio de 2024, encontram-se à disposição na sede da Companhia, podendo os acionistas contatarem a Companhia no e-mail: bruno@ali.com.vc para providenciar acesso a tal documentação. Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação à Companhia para o endereço eletrônico bruno@ali.com.vc, até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da Assembleia. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e o CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do solicitante, bem como cópia simples de todos os documentos necessários para permitir a participação do acionista na Assembleia. Acionistas credenciados, ou seus respectivos representantes legais e procuradores, que participarem via Microsoft Teams de acordo com as instruções da Companhia serão considerados presentes na Assembleia e assinantes da respectiva ata e do livro de presença. São Paulo, 12/06/2024. **Bruno Reis** (Presidente do Conselho de Administração). **(13, 20 e 27/06/2024)**

Negócios

Copersucar bate recorde de moagem de cana e mira combustível de aviação

A Copersucar anunciou na quarta-feira (19) ter registrado recorde de moagem de cana-de-açúcar na safra 2023/24, com crescimento acima da média da região centro-sul do país. O objetivo é fabricar SAF (combustível sustentável de aviação), segundo a empresa.

A Copersucar é uma comercializadora de açúcar e etanol que envolve 37 usinas de 22 grupos, distribuídas em quatro estados do centro-sul do país: São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás.

As usinas associadas a ela moeram mais de 110 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2023/24, com um crescimento de 23% em relação à safra anterior e acima do registrado no centro-sul, região brasileira que abriga o principal mercado produtor e que apresentou alta de 19% na moagem na safra.No ano-safra encerrado em março, a Copersucar, a Evolua Etanol -braço da empresa responsável pelo comércio internacional do combustível- e duas usinas associadas foram certificadas para a comercialização de etanol destinado à fabricação de SAF. A meta, agora, é seguir o processo para certificar as demais usinas ligadas à Copersucar.

"A estratégia é rolar a certificação para todas, o esforço para o momento é estar pronto para atender esse mercado quando ele acontecer [...]. É muito promissor, muito relevante, mas ainda não está pronto", disse Tomás Manzano, presidente da Copersucar.

SAF é a sigla em inglês para Combustível Sustentável de Aviação, um biocombustível usado na aviação como alternativa mais sustentável e com menor impacto ambiental. É produzido a partir de fontes renováveis, contribuindo para a redução das emissões de carbono na aviação.

A expectativa do executivo e do mercado sucroenergético é a de ganhar esse mercado com o etanol e que o SAF desenvolva o setor no país, devido à grande demanda esperada. Não há no momento, segundo Manzano, nenhuma parceria fechada, pois "isso tudo está em desenvolvimento"."Estamos nos preparando, deixando o ecossistema pronto para esse mercado quando ele acontecer", disse.

Marcelo Toledo/Folhapress

PicPay mira IPO nos EUA com ajuda do Citigroup

Segundo informações da Bloomberg, o PicPay, da J&F, holding da família dos irmãos Batista, está mirando uma estreia na bolsa de valores dos EUA.

Fontes a par do tema relataram que o projeto de IPO do PicPay está sendo estudado juntamente com o Citigroup.

A ideia é esperar as 'condições de mercado' melhorarem para que a companhia realizar sua estreia na bolsa dos EUA.

O pedido oficial de IPO foi feito pela primeira vez em meados de 2021, quando o valuation visado era de US$ 8 bilhões.

O pedido foi feito nos EUA em abril, mas a companhia retirou seu registro já em junho.

No acumulado de 2023 o lucro do PicPay somou R$ 37 milhões, ante prejuízo de R$ 693 milhões em 2022.

O ponto de equilíbrio (break even, em inglês), quando os custos e receitas são iguais, ocorreu em meados de março de 2023.

No fim do ano de 2023, a companhia fechou com 35 milhões de clientes.

PicPay começa a vender seguro para parcelamento de fatura de cartão após acordo com MetLife

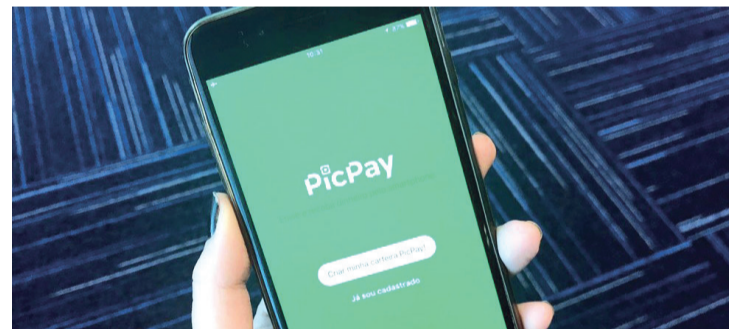
O PicPay começou a oferecer em seu aplicativo produtos de seguros da MetLife, terceira empresa com quem a fintech firma acordo no setor, após a Icatu e a Kovr.

A MetLife vende, através da PicPay, o seguro de fatura protegida, que é oferecido quando o cliente contrata o parcelamento da fatura de cartão de crédito.

O seguro cobre o pagamento total ou parcial do parcelamento em caso de imprevistos. A cobertura para perda de renda é de R$ 1.500.

O preço mensal é de R$ 6,90, com gratuidade no primeiro mês de contratação. O seguro também tem sorteios mensais de R$ 5.000 aos clientes.

O PicPay já oferece seguro de vida para celular e também para carteira digital. Este último é o primeiro do mercado a proteger contas de outras instituições que estejam conectadas ao aplicativo via Open Finance, de acordo com a empresa.

Suno

Ônibus elétrico com bateria de nióbio roda pouco, mas recarga ocorre em 10 minutos

"O senhor já ouviu falar em nióbio?", perguntava Éneas Carneiro (1938-2007) diretamente para a câmera, em vídeo de campanha de 1996. Em resposta, a dra. Havanir, então candidata à prefeitura de São Paulo, dizia: "O nióbio é o metal do próximo século, que permite construir aviões supersônicos."

O próximo século chegou e, com ele, novas aplicações para o elemento. Ele está presente na bateria do futuro ônibus elétrico da VWCO (Volkswagen Caminhões e Ônibus).

O nióbio substitui o grafite no ânodo (polo negativo) da bateria de íon-lítio. O metal é combinado ao titânio e, segundo os desenvolvedores, permite recargas mais rápidas, além de maior durabilidade.

O ônibus de piso baixo foi construído com base no Volkswagen e-Delivery, primeiro caminhão 100% elétrico produzido no Brasil. A fábrica fica em Resende (RJ).

O primeiro e-Bus da Volks será lançado em agosto, mas ainda com as baterias convencionais, sem nióbio.

A nova tecnologia segue em desenvolvimento avançado, embora não haja uma data de chegada ao mercado. A expectativa das empresas envolvidas é que o lançamento comercial ocorra ao longo de 2025.

O protótipo da Volkswagen está configurado sobre um chassi com capacidade de 18 toneladas. A autonomia é baixa, apenas 60 quilômetros. Isso, contudo, é compensado pela recarga ultrarrápida.

Segundo a VWCO, é possível recuperar a energia em 10 minutos quando o veículo está plugado em um pantógrafo (acoplagem no teto) de 300 kW. Essa solução possibilita rodar continuamente, com paradas para reabastecimento ocorrendo em instalações adequadas ao longo da rota.

O processo é mais prático com esse sistema, segundo Rodrigo Chaves, vice-presidente de engenharia da Volkswagen Caminhões e Ônibus. Mais de 90% das aplicações serão para o uso metropolitano no transporte público.

Eduardo Sodré/Folhapress